

EDITORIAL

Quem não reagiu está morto

“Quem não reagiu está vivo”, assim Geraldo Alckmin (PSDB), governador de São Paulo, famigerado estado mais rico e desenvolvido do Brasil, resumizava, na manhã do dia 12 de setembro de 2012, a ação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) que culminou com a morte de nove “suspeitos” na tarde do dia anterior.

A operação da Rota tinha por finalidade interromper a ação de um tribunal do crime do PCC (Primeiro Comando da Capital), milícia que atua dentro e fora dos presídios paulistas, fruto, cabe lembrar, de um estado institucionalmente democrático e efetivamente autoritário, incapaz de promover a segurança pela via da inteligência e do respeito aos direitos humanos. Na ação em causa, estado e milícia, equiparados no *modus operandi*, disputam, por meio da força, e tão somente por ela, a imposição do que consideram ser a justiça, situada, a partir dessa perspectiva, nas tênues fronteiras da legalidade. O PCC, segundo versão oficial, iria *executar um suspeito* de ter cometido estupro. O Estado, por sua vez, *executa nove suspeitos*, sob a alegação de evitar o crime de *execução*. Nesse concorrido mercado do crime, a vitória é do Estado, a quem parece ter sido dado o monopólio dessa prática ilegal. Vitória do estado democrático, do qual se espera o uso da truculência?

A essa altura, já terá se tornado visível alguma semelhança entre a Rota e os aparelhos policiais em voga em períodos ditatoriais, momentos ainda muito vivos na memória dos falantes de língua portuguesa. À guisa de ilustração, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado, criada em 1945 durante a ditadura em Portugal), da qual se ocupa a entrevista desta edição, realizada com a professora Irene Flunser Pimentel, mantém laços consanguíneos com o corpo policial paulista. A afinidade com a PIDE e outras congêneres, em nada casual, tem uma explicação bastante plausível. A Rota ganhou seu formato atual na década de 1970, no auge da ditadura militar brasileira iniciada em 1964.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, corpo do qual ela [Rota] faz parte, permanece estada numa mentalidade militarizada. Aliás, o adjetivo *militar*, que qualifica essa polícia é, por si só, suficiente para atestar esses laços. A tortura, mecanismo com o qual ela continua a manter íntima comunhão, foi apenas um dos motivos para a ONU sugerir sua extinção recentemente, a

despeito desse organismo internacional – contraditoriamente – apontar o aparato repressivo das UPPs como modelo internacional a ser seguido, em que pese sua estreita função gentrificadora nas favelas, com vistas a abafar os conflitos sociais na preparação dos megaventos esportivos de 2014-2016.

Sem grandes distinções partidárias, seja pelas ações tocadas pelo governo federal, seja pelas do governo do estado de São Paulo, o que parece vigorar é a lógica da sentença do governador Geraldo Alckmin que busca legitimar a ação da Rota – “quem não reagiu está vivo”. A repressão truculenta aos moradores de Pinheirinho ou aos trabalhadores em greve em Jirau traz o mesmo alerta: não reajam, não questionem, e, sobretudo, não se organizem!

Tal lógica expõe, de modo bastante evidente, aquilo que se considera condição para o cidadão permanecer vivo: a inação. O condicionante em causa, sem prejuízo para a análise, pode ser transportado do universo policial para o mundo intelectual com muita facilidade. Não é apenas mediante a polícia que o governador espera imobilidade, mas também face ao poder político e o seu sustentáculo econômico. Ele tem consciência de que esse poder, não raro, colide com o livre pensamento, decorrente, dentre outras coisas, de (re)ações à ordem imposta, aos sistemas vigentes. A atividade intelectual apresenta dificuldades para se relacionar com o silenciamento, seja ele de que ordem for. A história ocidental está repleta de exemplos dessa colisão. Os regimes totalitários, as ditaduras, o cerceamento da liberdade de expressão são apenas alguns sintomas que evidenciam esse embate.

Quando a Polícia Militar é levada ao campus da Universidade de São Paulo, por exemplo, a função acionada não é aquela estampada em seu lema: “servir e proteger”, ou é, mas não da forma como poderíamos imaginar à primeira vista. O que está em jogo não é proteger professores, alunos e funcionários de ocorrências violentas. A entrada da polícia na USP está acompanhada da sua história, dos seus vínculos umbilicais com o autoritarismo, com a repressão. Essa cooperação com a universidade, feita à revelia da comunidade acadêmica, que, por diversas vezes, desobedeceu politicamente à máxima do governador “quem não reagiu está vivo” e se manifestou, não se sustentaria se não houvesse muitas afinidades entre as duas instituições.

Tal como o braço policial paulista, a estrutura de poder da Universidade de São Paulo está albergada no autoritarismo. Ela está organizada em torno de uma rígida e fossilizada hierarquia, cujo topo está na reitoria, organismo que não goza de autonomia nem para escolher o seu chefe, ressaltar-se. O reitor e os diretores de unidades são instalados em suas funções de modo a ignorar a vontade da comunidade universitária, em que deveria ser depositada a soberania da USP. Não é de estranhar que esse modelo vertical de administração seja intolerante à produção e expressão do pensamento livre, vertido em favor da construção e consolidação de uma sociedade justa, livre e igualitária.

O detalhado relato da aluna eliminada da USP, Jéssica de Abreu Trinca, posto no Diário Acadêmico, dá testemunho desse modo inflexível que contorna a USP e as suas relações com Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O poder político instaurado nessa universidade, fundado na disciplina e na vigilância, como aponta Jéssica de Abreu Trinca, coloca em risco a liberdade e livre circulação do pensamento, eixos de uma instituição de ensino que se quer excelente e comprometida com a emancipação social. Em reação a esse quadro, a Revista Crioula traz à luz sua décima primeira edição, norteadas pelo tema “Política, Polícia e Literatura”, com o objetivo de reunir textos que versem sobre as práticas repressivas do Estado, que, como sabemos, são recorrentes em momentos históricos distantes e contemporâneos, em regimes ditatoriais ou naqueles que se travestem com véus democráticos, aos quais cabe reação, posto que quem não reage vive em estado de morte.

Alexandre Gomes, Moizeis Sobreira de Sousa e Rodrigo de Oliveira Antonio, da editoria da Revista Crioula

Edição - nº11

Editoria

Alexandre Gomes
Moizeis Sobreira de Sousa
Rodrigo de Oliveira Antonio

Colaboradores desta Edição

- SECRETARIA DE REDAÇÃO

Emiliano Lima

- COMISSÃO DE ENTREVISTAS

Rodrigo de Oliveira Antonio

- COMISSÃO DE ABSTRACT

Andrea Trench de Castro
Fabiana Tavares

- COMISSÃO DE REVISÃO

Adenize Franco
Daviane Moreira
Edimara Lisboa
Ianá Souza
Louise Monteiro Bonassi
Regina Pereira
Tatiane Mattos

- PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Moizeis Sobreira de Sousa

- PARECERISTAS AD HOC

Prof. Dr. Alamir Aquino Correa
Profa. Dra. Ana Chiara
Profa. Dra. Anita M. R. Moraes
Prof. Dr. Antonio Aparecido Mantovani
Profa. Dra. Aparecida de Fátima Bueno
Prof. Dr. Bernardo Nascimento de Amorim
Prof. Dr. José Cândido de Oliveira Martins
Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka
Profa. Dra. Érica Antunes Pereira

Prof. Dr. Helder Garmes
Prof. Dr. Leonardo Francisco Soares
Profa. Dra. Mara Ferreira Jardim
Profa. Dra. Maria da Penha Campos Fernandes
Prof. Dr. Mário Ramos Francisco Júnior
Profa. Dra. Marisa Martins Gama-Khalil
Profa. Dra. Miliandre Garcia
Profa. Dra. Raquel S. Madanêlo de Souza
Profa. Dra. Regma Maria dos Santos
Profa. Dra. Salete de Almeida Cara
Profa. Dra. Suzi Sperber
Profa. Dra. Vima Lia
Profa. Dra. Viviana Bosi
Prof. Dr. Wagner Corsino Enedino